AUTOAVALIAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO ARTÍSTICO: PERCEÇÕES DOS DIRETORES E PROFESSORES[1]

Catarina Amorim[2]

Maria da Graça Bidarra[3]

Carlos Barreira[4]

Resumo

Com o objetivo de conhecer os processos de autoavaliação das escolas de Ensino Artístico em Portugal, sendo que a sua maioria são de caráter particular e cooperativo, pelo que não foram contempladas no 1.º e 2.º ciclos de Avaliação Externa de Escolas (AEE), levada a cabo pela IGEC, realizámos um estudo com diretores e professores destas escolas. Utilizámos como metodologia o inquérito por questionário, em versão online, enviado para 159 escolas. Obtivemos 57 respostas de diretores (7 públicas e 50 particulares e cooperativas) e 562 de professores (287 públicas e 275 particulares e cooperativas).

Em geral, os dados revelam diferentes perceções de diretores e professores sobre o processo de autoavaliação e os seus efeitos em termos de desenvolvimento organizacional e profissional, bem como sobre a adequação do quadro de referência da AEE à especificidade destas instituições sendo as perceções dos diretores indicadoras de um maior impacto da autoavaliação e de uma maior concordância sobre a adequabilidade do processo de AEE.

Registam-se diferenças nas respostas de diretores e professores das escolas públicas e particulares e cooperativas, evidenciando-se uma tendência para uma perceção do processo de autoavaliação no sentido deste se apresentar mais consistente nas escolas públicas do que nas particulares e cooperativas, o que depreendemos como efeito da AEE, ainda que nestas últimas escolas se evidenciem diferentes níveis de desenvolvimento de uma cultura de avaliação institucional.

Palavras-chave: Autoavaliação de Escolas; Ensino Artístico; professores; diretores

Abstract

With the aim of getting to know the self-evaluation processes of Artistic Education schools in Portugal, most of which are private and cooperative in nature, which is why they were not included in the 1st and 2nd cycles of External Evaluation of Schools

---

[1] O presente texto integra dados preliminares da investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BD/128541/2017 e COVID/BD/151845/2021, fazendo também parte da equipa do projeto "Mecanismos de Mudança nas Escolas e na Inspeção: Um Estudo sobre o 3.º ciclo de Avaliação Externa de Escolas do Ensino não Superior" (MAEE), referência PTDC/CEDEDG/30410/2017.

[2] Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (PORTUGAL), kataryna_3@hotmail.com

[3] Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (PORTUGAL), gbidarra@fpce.uc.pt

[4] Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (PORTUGAL), cabarreira@fpce.pt

(AEE), carried out by IGEC, we carried out a study with directors and teachers of these schools. We used as a methodology the follow-up survey, in an online version, sent to 159 schools. We obtained 57 answers from directors (7 public and 50 private and cooperatives) and 562 from teachers (287 public and 275 private and cooperatives).

In general, the data reveal different perceptions of directors and teachers about the self-assessment process and its effects in terms of organizational and professional development, as well as about the evolution of the AEE reference framework to the specificity of these institutions, with the perceptions of directors of greater impact of self-assessment and greater agreement on the adequacy of the AEE process.

There are differences in the responses of directors and teachers from public, private and cooperative schools, showing a tendency for a perception of the self-assessment process in the sense that it remains more consistent in public schools than in private and cooperative schools, which we infer as an effect of AEE, although in these latter schools different levels of development of an institutional assessment culture are evident.

Keywords: Self-evaluation of Schools; Art Education; teachers; directors

1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo conhecer os processos de autoavaliação das escolas de Ensino Artístico em Portugal, assumindo particular relevância, visto que a maioria das escolas de Ensino Artístico são de carácter particular e cooperativo, não tendo sido contempladas no quadro da Avaliação Externa de Escolas (AEE), levada a cabo pela Inspeção Geral de Educação e Ciência (IGEC). Com efeito, na sequência do Decreto-Lei n.º 31/2002 de 20 de dezembro, que prevê a avaliação de escolas do ensino não superior, a autoavaliação integra-se na sua estrutura sendo exigida no quadro de AEE. Todavia, apenas as escolas públicas foram abrangidas nos 1.º e 2.º ciclos, pela AEE, respetivamente em 2006-2011 e 2011-2017, estando agora a ser incluídas as escolas particulares e cooperativas neste 3.º ciclo, que se iniciou em 2018.

Segundo Bolivar (2012) a autoavaliação é a capacidade que a escola tem para avaliar a sua realidade escolar promovendo a melhoria organizacional. A relevância do tema advém igualmente do lugar que o processo de autoavaliação vem a assumir neste 3.º quadro de referência da AEE, constituindo um domínio, e não apenas um fator ou campo de análise como nos referenciais dos ciclos anteriores, sendo o primeiro, a que se associam os restantes, correspondentes à liderança e gestão, à prestação do serviço educativo e aos resultados (Fialho, Saragoça, Correia, Gomes & Silvestre, 2020).

Dos objetivos do programa de AEE, ao longo dos ciclos avaliativos, destaca-se o de promover a autoavaliação das escolas, defendendo-se a articulação entre a avaliação externa e os dispositivos de regulação interna. Com efeito, os processos de autoavaliação permitem às escolas identificar as suas boas práticas e as áreas a melhorar, podendo assim a escola atingir a excelência através da melhoria contínua e do desenvolvimento de uma cultura de avaliação (Barreira, Bidarra & Vaz-Rebelo, 2011; Bidarra, Barreira & Vaz Rebelo, 2011). Em estudos realizados anteriormente, verificamos que no decurso do primeiro ciclo de AEE o domínio capacidade de autorregulação e

melhoria da escola foi o que obteve classificações mais baixas em relação aos outros domínios (Barreira, Bidarra & Vaz-Rebelo, 2011; Bidarra, Barreira, Vaz-Rebelo & Alferes, 2014). Acresce que uma das principais áreas de melhoria apontada nos relatórios de AEE, tanto no 1.º como no 2.º ciclos de AEE, das escolas de Ensino Artístico públicas, é a autoavaliação (Amorim, Bidarra & Barreira, 2019).

Neste contexto, pretendemos identificar e caraterizar os processos de autoavaliação das escolas de Ensino Artístico, públicas e particulares e cooperativas, através das perceções dos diretores e professores destas escolas, recorrendo ao inquérito por questionário, procurando dar conta dos resultados obtidos.

2. Metodologia

Para a realização deste estudo recorremos à metodologia de inquérito, com dois questionários: um direcionado aos diretores e outro aos professores. Foram aplicados em momentos distintos e em versão online, de forma a alcançarmos um maior número de escolas. Ambos os questionários são fundamentalmente compostos por questões de resposta fechada, havendo também questões de resposta aberta para os inquiridos poderem expressar-se livremente.

O inquérito por questionário aos diretores está dividido em três grupos. O grupo I tem como objetivos: caraterizar socioprofissionalmente os diretores das escolas de Ensino Artístico, caraterizar as escolas e os processos de avaliação institucional. Neste grupo são colocadas dezoito questões, na sua maioria de resposta fechada. Com o grupo II pretendíamos conhecer e analisar as práticas de autoavaliação desenvolvidas nas escolas de Ensino Artístico, segundo os diretores. Neste grupo são colocadas trinta afirmações de práticas de autoavaliação com duas opções de resposta (sim e não) ou seja, itens dicotómicos num registo factual. Estas afirmações remetem para práticas de autoavaliação referenciadas nos relatórios de AEE das Escolas de Ensino Artístico públicas disponibilizados no site da IGEC. Há também uma questão de resposta aberta para os diretores indicarem outras práticas de autoavaliação implementadas nas suas escolas. Por último, o grupo III, pretende analisar se os processos de AEE, os processos de autoavaliação e os materiais de autoavaliação disponibilizados pela IGEC, se adequam às especificidades das escolas de Ensino Artístico. Assim são colocadas dez afirmações com cinco opções de resposta, em escala do tipo de Likert: Discordo Totalmente (DT), Discordo (D), Nem Concordo Nem Discordo (NCND), Concordo (C) e Concordo Totalmente (CT), ou seja, uma escala atitudinal.

Quanto ao inquérito por questionário passado aos professores de escolas de Ensino Artístico, este foi adaptado de Vâlgode (2013, pp.154-158) e Amorim (2014) estando também dividido em três grupos. Com o grupo I pretende-se caraterizar socioprofissionalmente os professores e conhecer os processos de avaliação da escola. Neste grupo são colocadas treze questões. O grupo II tem como objetivos caraterizar as perceções dos professores acerca da autoavaliação, focando-se no processo desenvolvido na sua escola. São

colocadas sete questões, com cinco níveis de resposta (1.nulo, 2.reduzido, 3.médio, 4.alto e 5.elevado). Quanto ao terceiro grupo pretendia-se caraterizar a opinião/atitudes dos professores face ao processo de autoavaliação. São colocadas 39 afirmações com cinco opções de resposta, em escala do tipo de Likert: Discordo Totalmente (DT), Discordo (D), Nem Concordo Nem Discordo (NCND), Concordo(C) e Concordo Totalmente (CT). Todas estas afirmações avaliam a atitude dos professores de escolas de Ensino Artístico em relação à implementação do processo de autoavaliação nas escolas e os seus impactos na comunidade educativa e na escola. No final do questionário deixamos um espaço de resposta aberta, para os inquiridos acrescentarem algo que considerem relevante sobre o processo de autoavaliação.

Procurou-se validar o conteúdo para ambos os inquéritos por questionário. No dos diretores através de uma revisão entre pares/acordo de juízes e do preenchimento do inquérito por um diretor de uma escola de Ensino Artístico. Após o preenchimento do inquérito procedeu-se a uma entrevista informal ao diretor de forma a analisarmos as respostas dadas e perceber as dificuldades sentidas. Assim, foram efetuadas ligeiras alterações na elaboração de alguns itens para possuírem maior clareza.

No dos professores também foi realizada uma revisão entre pares/acordo de juízes e o preenchimento do inquérito por questionário por três professores de Ensino Artístico, sendo que, no grupo III, utilizámos os critérios para a avaliação dos graus de compreensibilidade, ambiguidade e abstração dos itens, segundo Angleitner, John e Lohr (1986, p. 85 citado por Alferes, 1997, p. 126). Após o preenchimento do inquérito por questionário, pelos três professores, procedemos a uma análise e verificámos que havia alguns itens em que os professores evidenciaram alguma dificuldade no que toca à compreensão, ambiguidade e abstração. Nesses itens procedemos a algumas alterações de forma a torná-los mais compreensivos, claros e menos abstratos.

Os dois inquéritos por questionários foram enviados para 159 escolas de Ensino Artístico de Portugal: onze públicas e 148 de ensino particular e cooperativo, em dois momentos distintos. O dos diretores foi entre outubro de 2018 e maio de 2019 (seis meses e meio) e o dos professores entre maio de 2019 e maio de 2020 (12 meses). Durante o período de recolha de dados fomos enviando e-mail's a relembrar o pedido de colaboração. O link do inquérito por questionário também foi partilhado num grupo de uma rede social de Ensino Artístico, onde solicitávamos a colaboração dos professores.

Dos diretores foram-nos devolvidos 59 questionários, eliminámos dois pois não eram de escolas de Ensino Artístico. Assim, tivemos uma taxa de resposta de 35.85%. Dos 57 questionários validados sete são de diretores de escolas públicas e 50 de diretores de escolas particulares e cooperativas. Considerando o número total de escolas, a taxa de resposta dos diretores das escolas públicas é de 63.64% e dos das escolas particulares e cooperativas 33.78%.

No inquérito por questionário dos professores, obtivemos um total de 563 respostas, eliminando-se apenas uma por ausência de resposta a três questões.

Os dados de ambos os questionários foram analisados com recurso ao IBM SPSS Statistics 27.

3. Resultados

3.1. Caraterização dos diretores inquiridos das escolas de Ensino Artístico

Na tabela 1 é realizada uma caraterização dos diretores inquiridos segundo: sexo, idade, habilitações académicas, tempo de serviço e formação.

Tabela 1 – Caraterização dos diretores inquiridos das escolas públicas versus particulares e cooperativas.

Variáveis	*Públicas* (%)	*Particulares e cooperativas* (%)
Sexo		
Masculino	57.1	56
Feminino	42.9	44
Idade		
Menos de 30 anos	0	6
31 a 40 anos	14.3	38
41 a 50 anos	0	44
Mais de 50 anos	85.7	12
Habilitações Académicas		
Bacharelato	14.3	2
Licenciatura	14.3	22
Pós-Graduação	0	6
Mestrado	42.9	58
Doutoramento	28.6	12
Tempo de Serviço		
Menos de 8 anos	0	14
8 a 19 anos	14.3	64
20 a 30 anos	28.6	16
Mais de 30 anos	57.1	6
Formação nas áreas:		
Ä Administração e gestão escolar		
Sim	57.1	22
Não	42.9	78
Ä Supervisão pedagógica/formação de Formadores		
Sim	57.1	32
Não	42.9	68
Ä Avaliação de escolas		
Sim	57.1	16
Não	42.9	84

Tabela 2 – Caraterização dos professores inquiridos das escolas públicas e escolas particulares e cooperativas.

Variáveis	*Públicas (%)*	*Particulares e cooperativas (%)*
Sexo		
Masculino	47%	55.6%

Variáveis	*Públicas (%)*	*Particulares e cooperativas (%)*
Feminino	53%	44.4%
Idade		
Média	45.23	37.89
Mediana	44	37
Desvio Padrão	10.485	8.651
Mínimo	23	22
Máximo	67	68
Habilitações Académicas		
Bacharelato	4.9%	2.2%
Licenciatura	38.3%	29.5%
Pós-Graduação	10.1%	4.7%
Mestrado	44.3%	61.1%
Doutoramento	2.4%	2.5%
Tempo de serviço até 31 agosto de 2018		
Média	17.2	9.78
Mediana	15	9
Desvio Padrão	11.41	7.725
Mínimo	0	0
Máximo	42	41
Nível de ensino que leciona		
Pré-Escolar	4.04	6.25
1.º Ciclo	18.69	19.68
2.º Ciclo	22.9	23.73
3.º Ciclo	22.73	26.27
Secundário	31.65	24.07
Formação nas áreas		
ÄAdministração e gestão escolar		
Sim	8.4	9.5
Não	91.6	90.5
Ä Supervisão pedagógica/formação de formadores		
Sim	22.3	16.7
Não	77.7	83.3
ÄAvaliação de escolas		
Sim	4.2	4
Não	95.8	96

A maioria dos diretores inquiridos quer das escolas públicas quer das escolas particulares e cooperativas são do sexo masculino. Quanto à idade, a maioria dos inquiridos das escolas públicas têm mais de 50 anos, já a maioria dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas têm entre 41-50 anos. Na generalidade dos inquiridos quer das escolas públicas quer das particulares e cooperativas têm Mestrado. Relativamente ao tempo de serviço dos diretores até 31 de agosto de 2018 a maioria dos diretores inquiridos das escolas públicas têm mais de 30 anos, já a maioria dos das escolas particulares e cooperativas têm entre 8 a 19 anos.

Quanto à formação dos diretores inquiridos das escolas de Ensino Artístico constatámos que os diretores das escolas públicas têm mais formação do que os das particulares e cooperativas. Nas áreas da Administração e gestão escolar, Supervisão pedagógica/formação de formadores e Avaliação das escolas a maioria dos diretores inquiridos das escolas públicas têm formação

nestas três áreas (57.1% nas três) já a maioria dos diretores inquiridos das escolas particulares e cooperativas não têm formação nestas três áreas (78%, 68% e 84% respetivamente).

3.2.Caraterização dos professores inquiridos das escolas de Ensino Artístico

Na tabela 2 podemos analisar os dados recolhidos no grupo I para a caraterização dos professores inquiridos das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas segundo: sexo, idade, habilitações académicas, tempo de serviço até 31 de agosto de 2018, nível de ensino que leciona e formação.

Analisando a tabela 2 verificámos que a maioria dos professores das escolas públicas são do sexo feminino (53%), já os das escolas particulares e cooperativas são do sexo masculino (55.6%). Em média os professores das escolas públicas têm 45.23 anos, sendo que o mais novo tem 23 anos e o mais velho 67 anos. Os professores das escolas particulares e cooperativas em média possuem 37.89 anos, tendo o mais novo 22 anos e o mais velho 68. Constatamos que os professores das escolas particulares e cooperativas são mais novos do que os professores das escolas públicas.

Relativamente às habilitações académicas, tanto nas escolas públicas como nas escolas particulares e cooperativas, a maioria dos professores inquiridos têm o Mestrado. No entanto nas escolas particulares e cooperativas há mais professores com o grau de Mestre do que nas públicas, 61.1% e 44.3% respetivamente. Nas escolas públicas, apesar de ser o Mestrado o grau com maior percentagem (44.3%), o grau da Licenciatura está relativamente próximo (38.3%).

Quanto ao tempo de serviço, em média, os professores das escolas públicas têm 17.2 anos, sendo o mínimo 0 e o máximo 42 anos. Nas escolas particulares e cooperativas, em média, os professores têm 9.78 anos de tempo de serviço variando entre 0 e 41 anos. É possível concluir que os professores inquiridos das escolas públicas têm mais anos de tempo de serviço do que os professores das escolas particulares e cooperativas.

Em relação ao nível de ensino, a maioria dos inquiridos das escolas públicas lecionam o Secundário e apenas um nível de ensino 53.66%, já os das escolas particulares e cooperativas lecionam o 3.º ciclo e mais do que um nível de ensino (73.82%). Passando ao grupo disciplinar dos professores inquiridos, nas escolas públicas temos 48.08% da área da Música, 2.79% da Dança, 1.74% das Artes, 37.98% das disciplinas do Ensino Regular e 9.41% de outras áreas. Nas escolas particulares e cooperativas temos 84.73% da área da Música, 6.91% da Dança, 0.36% das Artes, 3.64% das disciplinas do Ensino Regular e 4.36% de outras áreas. A categoria com maior percentagem tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas é a Música.

Verificámos que, quer nas escolas públicas quer nas escolas particulares e cooperativas, a maioria dos professores inquiridos não têm formação nas áreas da administração e gestão escolar, supervisão pedagógica/formação de

formadores e avaliação de escolas. Contudo, das três áreas referidas, a da supervisão pedagógica/formação de formadores é a que tem a percentagem mais elevada de "sim" tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas.

3.3.Caraterização das escolas de Ensino Artístico públicas e particulares e cooperativas pelos diretores e professores inquiridos

Na tabela 3 podemos analisar a caraterização das escolas de Ensino Artístico, segundo os diretores inquiridos quanto: tipo de estabelecimento, região, tipologia, regimes de ensino e cursos.

Tabela 3 – Caraterização das escolas de Ensino Artístico dos diretores inquiridos.

Variáveis	*Públicas (%)*	*Particulares e cooperativas (%)*
Região		
Norte	28.6	52
Centro	14.3	40
Sul	28.6	8
Açores	14.3	0
Madeira	14.3	0
Tipologia		
Conservatório/Academia/Escola de Música/Dança	28.6	96
Agrupamento de escolas	14.3	0
Escola Artística	57.1	4
Outra	0	0
Regime de ensino		
Integrado	30.77	2.08
Articulado	15.38	34.03
Supletivo	15.38	29.17
Livre	15.38	29.86
Profissional	15.38	1.39
Outro	7.69	3.47
Cursos		
Música	30	62.32
Dança	20	27.54
Teatro	20	7.25
Outro	30	2.90

Pela análise da tabela 3 verificámos que, a maioria das escolas públicas dos diretores inquiridos são das regiões Norte e do Sul (28.6%) e a dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas são da região Norte. Quanto à tipologia, a maioria dos diretores de escolas públicas inquiridos são de Escolas Artísticas (57.1%) já a maioria dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas são de Conservatório/Academia/Escola de Música e/ou Dança (96%). De ressalvar que, os Conservatórios públicos adotaram a terminologia de "Escolas Artísticas do Conservatório de...".

Quanto aos regimes de ensino ministrados nas escolas, segundo os diretores inquiridos, na maioria das públicas é o Integrado (30.77%) já nas particulares e cooperativas é o Articulado (34.03%). Por último, na maioria das escolas públicas, segundo os inquiridos, são ministrados os cursos de Música e

"Outro", nomeadamente Artes Visuais e Audiovisuais (30%) e nas escolas particulares e cooperativas, a sua maioria lecionam o curso de Música (62.32%).

Tabela 4 – Caraterização das escolas de Ensino Artístico dos professores inquiridos.

Variáveis	*Públicas (%)*	*Particulares e cooperativas (%)*
Região da escola		
Norte	35.9	52
Centro	36.2	37.5
Sul	12.5	9.8
Açores	7	0.4
Madeira	8.4	0.4

Os professores inquiridos das escolas públicas são na sua maioria da região Centro (36.2%), já a maioria dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas são da região Norte (52%).

3.4. Caraterização dos processos de avaliação institucional das escolas de Ensino Artístico segundo os diretores inquiridos

Quanto à caraterização dos processos de avaliação da escola passa por verificar se a escola de Ensino Artístico já foi alvo de algum processo de AEE, se tem uma equipa de autoavaliação, se o diretor integra essa mesma a equipa ou se possui um "amigo crítico", se a escola tem um processo de autoavaliação ou se tem a assessoria de alguma instituição, se a escola já participou no programa de acompanhamento da ação educativa promovido pela IGEC.

Tabela 5 – Caraterização dos processos de avaliação das escolas segundo os diretores inquiridos.

Variáveis	*Públicas (%)*	*Particulares e cooperativas (%)*
A escola já foi alvo de um processo de AEE		
Sim	71.4	66
Não	28.6	34
Por parte de que instituição foi alvo de AEE		
IGEC	100	65.71
Outra	0	34.29
A escola tem equipa de autoavaliação		
Sim	100	30
Não	0	70
O diretor integra a equipa de autoavaliação		
Sim	28.6	93.33
Não	71.4	6.67
A equipa de autoavaliação integra um "amigo crítico"		
Sim	42.9	33.33
Não	57.1	66.67
Na escola existe um processo de autoavaliação		
Sim	85.7	38
Não	14.3	62
O processo de autoavaliação tem a assessoria de alguma instituição		

Variáveis	*Públicas (%)*	*Particulares e cooperativas (%)*
Sim	0	0
Não	100	100
A escola já participou no programa de acompanhamento da ação educativa promovido pela IGEC		
Sim	0	6
Não	100	94

Verificámos que a maioria das escolas, quer públicas quer particulares e cooperativas, já foram alvo de processos de AEE. No entanto, as públicas foram exclusivamente por parte da IGEC enquanto que as particulares e cooperativas para além da IGEC (65.71%) tiveram outras instituições. Contudo, estes dados podem induzir-nos em erro, pois aquando da aplicação do presente questionário a maioria das escolas de Ensino Artístico particular e cooperativo ainda não tinham sido alvo do processo de AEE, pelo que estes 66% não representam a realidade. Possivelmente houve alguma confusão por parte dos diretores, que confundiram a AEE com outras auditorias que são feitas pela IGEC nas escolas.

Quanto à existência de equipa de autoavaliação na escola verifica-se uma grande diferença entre as escolas públicas e particulares e cooperativas. Todos os diretores inquiridos das escolas públicas referem que na sua escola existe uma equipa de autoavaliação, enquanto que, nas escolas particulares e cooperativas apenas 30% referem ter uma equipa de autoavaliação.

Relativamente ao diretor fazer parte da equipa de autoavaliação, também se verifica uma diferença assinalável, mas em sentido oposto, ou seja, apenas 28.6% dos diretores inquiridos fazem parte da equipa de autoavaliação nas escolas públicas, enquanto que 93.33% dos diretores inquiridos das escolas particulares e cooperativas fazem parte da equipa. Passando à existência de um "amigo crítico" nas equipas de autoavaliação, quer nas escolas públicas, quer nas particulares e cooperativas, segundo os inquiridos a maioria não tem.

Quanto à existência de um processo de autoavaliação na escola verifica-se que a maioria dos inquiridos das escolas públicas (85.7%) referem ter, e apenas 38% dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas confirmam que tem. Comparando com a existência das equipas de autoavaliação, podemos concluir que, nas escolas públicas, apesar de todos os inquiridos referirem a existência de equipa de autoavaliação, o mesmo não se verifica com o processo de autoavaliação. Assim há escolas públicas que têm equipas de autoavaliação constituídas, no entanto não têm processos de autoavaliação implementados. O contrário acontece com os inquiridos das escolas particulares e cooperativas, onde verificámos que, apesar de apenas 30% dos inquiridos referirem a existência de equipas de autoavaliação, a percentagem sobe ligeiramente nos processos de autoavaliação para 38%, ou seja, há escolas particulares e cooperativas que não têm equipas de autoavaliação constituídas, mas têm processos de autoavaliação implementados.

Passando ao facto de o processo de autoavaliação ter a assessoria de alguma instituição todas as escolas, quer públicas quer particulares e

cooperativas, referem que não têm. Relativamente à escola ter participado num programa de acompanhamento da ação educativa promovido pela IGEC, segundo os inquiridos nenhuma escola pública participou, enquanto que, apenas 6% das escolas particulares e cooperativas participaram.

3.5. Caraterização dos processos de avaliação institucional das escolas de Ensino Artístico nas perceções dos professores inquiridos

No quadro 5 podemos comparar as perceções dos professores das escolas de Ensino Artístico públicas com os das escolas particulares e cooperativas sobre a existência de processos de avaliação nas escolas onde lecionam.

Tabela 6 – Perceções dos professores das escolas públicas e particulares e cooperativas de Ensino Artístico sobre a existência de processos de avaliação.

Variáveis	*Públicas (%)*	*Particulares e cooperativas (%)*
Existência de equipa de autoavaliação		
Sim	75.6	31.3
Não	5.9	40.7
Não sei	18.5	28
A escola tem implementado algum processo de autoavaliação		
Sim	70.7	49.8
Não	5.6	27.6
Não sei	23.7	22.5
A escola já foi alvo de algum processo de AEE		
Sim	75.6	53.8
Não	2.4	14.9
Não sei	22	31.3

Quanto à existência de uma equipa de autoavaliação, a maioria dos professores das escolas públicas dizem que existe (75.6%), enquanto a maioria dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas afirmam que na sua escola não há uma equipa de autoavaliação (40.7%).

Relativamente ao desenvolvimento de um processo de autoavaliação, a maioria dos professores, quer das escolas públicas (70.7%) quer das escolas particulares e cooperativas (49.8%), dizem que está implementado um processo de autoavaliação na sua escola. Pelas percentagens da resposta "sim" na questão da existência de uma equipa de autoavaliação e da implementação de um processo de autoavaliação, constatamos que há escolas públicas que têm equipas de autoavaliação constituídas (75.6%), mas não têm um processo de autoavaliação implementado na escola (70.7%). O contrário verifica-se nas escolas particulares e cooperativas, onde há escolas que apesar de não terem equipas de autoavaliação constituídas (31.3%), têm processos de autoavaliação implementados (49.8%). O mesmo constatamos com as respostas dos diretores.

Passando ao facto de a escola já ter sido alvo de um processo de AEE, a maioria dos inquiridos, quer das escolas públicas quer das escolas particulares e cooperativas, afirmam que "sim", respetivamente 75.6% e 53.8%. Contudo, a percentagem da resposta "sim" nas escolas públicas é mais elevada do que nas

escolas particulares e cooperativas. Constata-se que há uma percentagem ainda alta de professores, quer de escolas públicas quer de escolas particulares e cooperativas, que não sabem se a escola onde lecionam tem uma equipa de autoavaliação constituída, um processo de autoavaliação implementado ou se já foi alvo de algum processo de AEE. Sendo que, nas escolas públicas a percentagem de "não sei" mais elevada é na questão da existência de um processo de autoavaliação e nas escolas particulares e cooperativas é na questão se a escola já foi alvo de algum processo de AEE.

3.6. Comparação dos resultados dos diretores com os dos professores das escolas de Ensino Artístico: públicas e particulares e cooperativas

O inquérito por questionário passado aos diretores das escolas de Ensino Artístico e o passado aos professores das referidas escolas têm algumas questões semelhantes. Iremos analisar as diferenças existentes entre as perceções dos diretores e dos professores nestas questões.

Tabela 7 – Abrangência do processo de autoavaliação: perceção diretores e professores.

Diretores: O processo de autoavaliação é abrangente/consistente?			
	Sim	Não	Não aplicável
Públicas	66.7%	33.3%	0%
Particulares e Cooperativas	84.2%	0%	15.8%

Professores: O processo de autoavaliação proporciona um conhecimento alargado sobre a escola					
	Discordo totalmente (CT)	Discordo (D)	Não concordo nem discordo (NCND)	Concordo (C)	Concordo totalmente (CT)
Públicas	2.4%	6.3%	25.1%	50.5%	15.7%
Particulares e cooperativas	2.5%	6.2%	25.1%	54.5%	15.7%

Na tabela 7 podemos comparar as respostas dos diretores e dos professores de escolas de Ensino Artístico quer públicas quer particulares e cooperativas acerca da abrangência do processo de autoavaliação. Quer os diretores quer os professores, tanto de escolas públicas como de escolas particulares e cooperativas concordam que o processo de autoavaliação é abrangente.

Tabela 8 – Constituição das equipas de autoavaliação: perceções de diretores e professores.

Diretores: A equipa de autoavaliação é representativa da comunidade educativa?			
	Sim	Não	Não aplicável
Públicas	33.3%	66.7%	0%

Diretores: A equipa de autoavaliação é representativa da comunidade educativa?					
Particulares e Cooperativas	63.2%	21.1%	15.8%		
Professores: O processo de autoavaliação convoca de forma democrática os diferentes atores da comunidade escolar?					
	DT	D	NCND	C	CT
Públicas	5.6%	15%	40.1%	35.9%	3.5%
Particulares e cooperativas	2.9%	7.6%	37.5%	45.1%	6.9%

Quanto ao facto de a equipa de autoavaliação da escola ser representativa da comunidade escolar, a maioria dos diretores inquiridos das escolas públicas dizem que não é. A maioria dos professores das escolas públicas, não concordam nem discordam, mas há uma tendência para concordância. Os diretores das escolas particulares e cooperativas a maioria afirma que a equipa é representativa da comunidade educativa e a maioria dos professores das escolas particulares também concordam. As perceções dos diretores e dos professores inquiridos das escolas particulares e cooperativas são as mesmas quanto à representatividade da equipa o mesmo não se verifica com os das escolas públicas.

Tabela 9 – Análise SWOT: perceções dos diretores e dos professores.

Diretores: Na sua escola é feita uma análise SWOT do desempenho da escola para fazer recomendações e melhorias sobre os espaços, os equipamentos, os departamentos curriculares e as atividades					
	Sim	Não			
Públicas	28.6%	71.4%			
Particulares e Cooperativas	46%	54%			
Professores: O processo de autoavaliação constitui um apoio à organização da escola ao evidenciar os pontos fortes e pontos fracos?					
	DT	D	NCND	C	CT
Públicas	2.1%	3.8%	17.1%	56.1%	20.9%
Particulares e cooperativas	2.2%	2.2%	11.6%	57.5%	26.5%

Relativamente à autoavaliação proporcionar uma análise SWOT acerca da escola, os diretores inquiridos, quer das escolas públicas, quer das escolas particulares e cooperativas, dizem que não é feita esta análise. Por outro lado, os professores inquiridos, quer das escolas públicas quer das escolas particulares e cooperativas concordam com o facto de o processo de autoavaliação evidenciar os pontos fracos e fortes da escola.

Tabela 10 – Divulgação dos resultados de autoavaliação: perceções dos diretores e professores

Diretores: Na sua escola é feita a divulgação dos resultados da autoavaliação à comunidade educativa da escola?		
	Sim	Não
Públicas	100%	0%
Particulares e Cooperativas	40%	60%

Professores: O processo de autoavaliação permite uma maior divulgação da escola e dos seus resultados na comunidade educativa?					
	DT	D	NCND	C	CT
Públicas	5.2%	12.9%	35.9%	38.7%	7.3%
Particulares e cooperativas	2.2%	13.5%	38.9%	41.1%	4.4%

Quanto à divulgação dos resultados do processo da autoavaliação os diretores inquiridos, das escolas públicas afirmam que nas suas escolas é feita esta divulgação, e os professores das referidas escolas concordam com o facto de o processo de autoavaliação permitir uma divulgação da escola e dos seus resultados na comunidade educativa.

Os diretores inquiridos das escolas particulares e cooperativas dizem que não há uma divulgação dos resultados do processo de autoavaliação, mas os professores destas escolas concordam com o facto de o processo de autoavaliação permitir a divulgação da escola e dos seus resultados.

Tabela 11 – Perceção do impacto da autoavaliação no desenvolvimento profissional dos professores: diretores e professores.

Diretores: O processo de autoavaliação contribui para o desenvolvimento profissional dos docentes?					
	DT	D	NCND	C	CT
Públicas	0%	0%	0%	42.9%	57.1%
Particulares e Cooperativas	0%	2%	6%	54%	38%

Professores: Qual o impacto do processo de autoavaliação da escola no seu desempenho profissional?					
	Nulo	Reduzido	Médio	Alto	Elevado
Públicas	7.3%	22%	32.1%	30%	8.7%
Particulares e cooperativas	17.8%	17.8%	30.9%	26.2%	7.3%

Perceção mais elevada dos diretores inquiridos das escolas públicas do que dos diretores das escolas particulares e cooperativas sobre o impacto do processo de autoavaliação no desempenho dos professores. Sendo menos percecionado pelos professores, havendo uma tendência para os níveis reduzidos nos das escolas particulares e cooperativas.

Tabela 12 – Perceção do impacto da autoavaliação no desenvolvimento organizacional: diretores e professores.

Diretores: O processo de autoavaliação contribui para melhoria da escola enquanto organização?					
	DT	D	NCND	C	CT
Públicas	0%	0%	0%	28.6%	71.4%
Particulares e Cooperativas	0%	2%	8%	44%	46%
Professores: Qual o impacto do processo de autoavaliação no desenvolvimento organizacional da escola?					
	Nulo	Reduzido	Médio	Alto	Elevado
Públicas	3.8%	20.6%	33.8%	34.1%	7.7%
Particulares e cooperativas	14.9%	17.8%	35.3%	24.4%	7.6%

Tal como aconteceu anteriormente, constata-se uma perceção mais elevada nos diretores inquiridos de ambos os tipos de escola, não sendo tão elevada por parte dos professores quanto ao impacto do processo de autoavaliação no desempenho organizacional da escola. Esta perceção nos professores das escolas particulares e cooperativas tem uma tendência para os níveis mais reduzidos.

Tabela 13 – Perceção da adequação do processo de AEE às especificidades das Escolas de Ensino Artístico: diretores e professores.

Diretores: O processo de Avaliação Externa de Escolas adequa-se às especificidades das escolas de Ensino Artístico (quadro de referência, metodologia e escala de classificação)?					
	DT	D	NCND	C	CT
Públicas	0%	0%	28.6%	71.4%	0%
Professores: Qual o grau de adequação do processo de avaliação externa de escolas às especificidades das escolas de Ensino Artístico (quadro de referência e escala de classificação)?					
	Nulo	Reduzido	Médio	Alto	Elevado
Públicas	8.7%	29.6%	42.2%	15.7%	3.8%

Como a maioria das escolas de Ensino Artístico particulares e cooperativas aquando da aplicação do questionário não tinham sido alvo do processo de AEE, excluímos as respostas destes nesta tabela. Como já referimos anteriormente, possivelmente houve alguma confusão por parte dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas entre a AEE e as auditorias que são efetuadas nas escolas por parte da IGEC. Consta-te a perceção de adequação do processo de AEE às especificidades das escolas de Ensino Artístico, por parte dos diretores das escolas públicas, sendo esta menos percecionada pelos professores destas escolas, embora reconheçam o seu impacto na autoavaliação.

4. Conclusão

Os dados revelam, por um lado, diferentes perceções sobre os processos de autoavaliação entre os participantes, diretores e professores, das escolas públicas e particulares e cooperativas, nomeadamente sobre a existência de equipas de autoavaliação e implementação destes processos, e entre os diretores e professores de ambas as escolas, por outro. Com efeito, é reconhecido por parte dos diretores um maior impacto da autoavaliação quer no desenvolvimento organizacional das escolas quer no desenvolvimento profissional dos professores, bem como se regista junto dos diretores de ambas as escolas uma maior concordância, relativamente aos professores, sobre a adequabilidade do processo de AEE às especificidades das escolas de Ensino Artístico.

A AEE a que foram sujeitas as escolas públicas de Ensino Artístico contribui de algum modo para a interpretação dos dados obtidos, no sentido da perceção de processos de autoavaliação mais consolidados nestas escolas, a par do efeito de espelho que se manifesta junto das lideranças. Todavia, a perceção de maior abrangência dos processos de autoavaliação e da representatividade das equipas em algumas escolas particulares e cooperativas sugerem, por sua vez, diferenças no desenvolvimento das culturas de avaliação entre estas escolas, prevendo-se mudanças ao longo do 3.º ciclo de AEE.

Referências bibliográficas

Alferes, V. (1997). Investigação científica em psicologia – Teoria & prática. Almedina.

Amorim, C., Bidarra, M.G. & Barreira, C. (2021). Autoavaliação das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas de ensino artístico: perspetiva dos professores. *Investigar em Educação, 13*(II), 61-77

Amorim, C., Bidarra, M. G. & Barreira, C. (2019). Práticas de autoavaliação das escolas de ensino artístico. *Atas do XIV Congresso SPCE - Ciências, Culturas e Cidadanias*, 16-23. http://www.spce.org.pt/assets/files/Actas%20do%20XIV%20Congresso%20SPCE%20-%20Coimbra%202018.pdf

Amorim, C. (2014). *Autoavaliação, o espelho da escola!* (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Bidarra, M., Barreira, C., Vaz-Rebelo, M., & Alferes, V. (2014). Relatórios de avaliação externa. Da análise das redundâncias à ponderação diferencial dos resultados no primeiro ciclo de avaliação. In Pacheco, J. (Org.), *Avaliação externa de escolas: quadro teórico/conceptual* (pp. 229-246). Porto Editora.

Barreira, C., Bidarra, M. G., & Vaz-Rebelo, M. (2011). Avaliação externa de escolas: Do quadro de referência aos resultados e tendências de um processo em curso. *Revista Portuguesa de Pedagogia, Extra-Série,* 81-94.

Bidarra, M. G., Barreira, C., & Vaz-Rebelo, M. (2011). O lugar da autoavaliação no quadro da avaliação externa de escolas. *Nova Ágora, 2*, 39-42.

Bolivar, A. (2012). *Melhorar os processos e os resultados educativos. O que nos ensina a investigação*. Fundação Manuel Leão.

Fialho, I., Saragoça, J., Correia, A.P., Gomes, S. & Silvestre, M. J. (2020). O quadro de referência da Avaliação Externas das Escolas, nos três ciclos avaliativos, no contexto das políticas educativas vigentes. In J. Pacheco, J. C. Morgado & J. R. Sousa. (Orgs.), *Avaliação institucional e inspeção: perspetivas teórico-conceptuais* (pp. 65-100). Porto Editora

Valgôde, M. (2013). *Atitudes dos professores face à avaliação de escolas* (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Referências normativas

Diário da República, 1.ª série A – n.º 294 – 20 de dezembro, *Lei n.º 31/2002 de 20 de dezembro – Aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, desenvolvendo o regime previsto na Lei n.º 46/86, de 14 de outubro* (Lei de Bases do Sistema Educativo)